



PU ElRey. Faço saber a quantos este Alvará em fôrma de Ley virem, que por justas cauzas, que me foraõ presentes: Sou servido extinguir os Officios de Executores da Alfandega grande, e da Alfandega do Tabaco da Cidade de Lisboa, como tambem a incumbencia da execuçaõ das dividas da Junta da Administração do mesmo Tabaco, que estava cometida a hum dos Ministros Deputado della, para o que de meu mótu proprio, certa ciencia, poder Real, e absoluto, revogo todas as Leys, Regimentos, Foráes, Alvarás, Decretos, Rezoluçoens, e Ordens da creação dos ditos Officios, e incumbencias; e em lugar de todos: Hey por bem crear de novo hum lugar de Letras de graduacão de primeiro banco, que se intitule Juiz Executor das dividas das Alfandegas da Cidade de Lisboa, e Junta da Administração do Tabaco, para o qual se me consultará no Conselho da Fazenda hum dos Bachareis aprovados para me servirem, de melhor nota, que tenha cabimento ao dito lugar, o qual servirá por tempo de tres annos, no fim dos quaes dará regularmente residencia, que será vista no mesmo Conselho, e delle remetida para os Juizes dos Feitos da Fazenda da Caza da Supplicação, donde será sentenciada pelo seu merecimento. Vencerá o dito Ministro de seu ordenado cento e oitenta mil reis, dos quaes lhe pagará o Thezoureiro da Alfandega grande noventa mil reis, e outros noventa mil reis o Thezoureiro geral do rendimento do Tabaco: E mais haverá todas as assignaturas, e emolumentos, e terá a mesma alçada, que tem os Corregedores do Civel da Cidade de Lisboa, sem que possa levar, nem pertender outra alguma propina assignatura, ordinaria, ou ajuda de custo.

E para que com mayor cuidado execute as dividas de minha fazenda; ordeno, que de toda a importancia das dividas, que por execuçaõ viva fizer arrecadar, tire dez por cento; dos quaes leve para si quatro, e faça entregar dous á pessoa, que servir de Procurador da Fazenda no seu juizo, tres ao Escrivão da cauza, e hum ao Solicitador; com o qual disconto já feito, se entregará o resto das dividas executadas aos
Thezou-

Thezouzeiros a que pertencer: Bem entendido, que pela simplex citação, ou pinhora, pagando os dividores sem disputa, nem venda de bens, se não vencerá este premio na conformidade do Alvará de vinte de Novembro de mil setecentos cincoenta e quatro, excepto o hum por cento dos Solicitadores, porque estes sempre os vencêrão por não terem outro emolumento de seus Officios.

Conhecerá o dito Juiz Executor de todos os embargos, disputas, e incidentes, que se moverem nas execuções, julgando-as como for justiça na primeira instancia com appellação, e agravo para o juizo dos Feitos da Fazenda da Caza da Supplicação: E do mesmo modo conhecerá de todas as preferencias, que algumas pessoas de fóra pertenderem ter aos bens dos dividores de minha Fazenda, pelas ditas repartições das Alfandegas, e Junta do Tabaco; ou as dividas procedão de direitos vencidos, e não pagos, ou de fianças não dezobrigadas, ou dos Mercadores, que faltarem de crédito, ou das condemnações das penas dos descaminhados, uzando para este fim da mesma jurisdicção concedida ao Provedor, e Feitor mór da Alfandega grande da sobredita Cidade, e das mais do Reyno, pelos Capitulos 114. até 119. do Foral, e de todas as Provizaens, e ordens, que sobre elles se lhe tiverem passado. Do qual Provedor, e Feitor mór, sou servido separar a dita jurisdicção, e conhecimento, pelo grande trabalho, que lhe tem acrescido do expediente da dita Alfandega, do qual não he conveniente a meu serviço, que se divirta, para conhecer das ditas preferencias, e cauzas.

Tanto, que os direitos das ditas Alfandegas forem vencidos, e que os assignantes dellas não pagarem, serão os Thezouzeiros obrigados de apresentarem os escritos aos Provedores, para os mandarem notificar pelos Sacadores, que paguem em vinte e quatro horas, e não pagando, mandem logo os mesmos Provedores carregar em receita ao dito Juiz Executor para proceder contra elles, e seus fiadores a pinhora, e prizaõ na fórma dos Foraes, Regimentos da Fazenda, e Ordenações do Reyno, até que as dividas sejaõ inteiramente cobradas. E os Thezouzeiros, que dentro de hum mez despois das dividas vencidas

das, não fizerem a referida diligencia, pagarão por seus bens toda a falta, que houver nos devedores, a qual haverá delles o mesmo Juiz Executor.

Os Escrivaens da Meza grande das ditas Alfandegas, que tiverem por distribuição os livros das ditas fianças, serão obrigados de os ver todos os dias para saberem, as que estão vendidas, sem estarem dezobrigados, das quaes darão logo parte aos Provedores, em prezença dos quaes com outro Escrivão das Mezas, e com o Contador da conferencia, donde o houver, liquidarão a divida das ditas fianças, e as farão carregar em receita ao Juiz Executor dentro de dez dias seguintes ao vencimento, com pena de pagarem por seus bens toda a falta, que houver nos Fiadores, como acima fica ordenado.

As fazendas descaminhadas, que forem aprehendidas, e depositadas, á ordem dos Provedores das Alfandegas, serão por sua ordem vendidas, antes, ou depois das Sentenças, carregando-se seus preços em receita aos Thezoureiros na forma dos Foraes. Porém as Sentenças das penas, ou das denúncias dos descaminhados, de que não houver fazendas aprehendidas, logo que passarem em julgado, se carregarão em receita ao dito Juiz Executor para proceder contra os Reos na forma de minhas Ordenações, ou as ditas Sentenças sejaõ dos Provedores, e Officiaes das Alfandegas, nos cazos que couberem em suas alçadas, ou da instancia superior.

No cazo de quebrarem alguns Mercadores Assignantes das ditas Alfandegas, ou no cazo dos Provedores anticiparem o prazo aos que forem suspeitos de credito, será o dito Juiz Executor obrigado tanto que chegar á sua noticia, judicial, ou extrajudicialmente, ir logo em pessoa com os Officiaes a que pertencer sequestrar, e inventariar os bens dos Quebrados, e suspeitos de credito, ouvindo as partes, que tiverem que requerer, sem suspensão de sequestro, conforme o Cap. 114. do Foral.

Os Escrivaens, e Solicitadores das ditas executorias serão promptamente obedientes ao dito Juiz Executor, como também os Meirinhos, e Officiaes de Ordens, e execução das ditas Alfandegas, e Junta, em tudo o que lhe mandar por
meu

991
meu serviço, e por bem do seu cargo, e do mesmo modo mando a todos os Meirinhos, e Alcaydes da Cidade de Lisboa, e seu Termo cumprão, e guardem inteiramente todas as ordens, e mandados, que elle lhe passar na referida fôrma, com pena de suspensão, e prizaõ, que contra todos poderà executar, autuando-os na fôrma ordinaria. E aos Tribunaes, e Ministros de meus Reynos mando, que cumprão todos os precatórios, e advocatórias, que elle lhe passar por meu serviço, para a boa arrecadação de minha fazenda.

Ao dito Juiz Executor pertencerá tirar todas as Devaças de descaminhos, que o Conselho de minha fazenda, ou a Junta da Administração do Tabaco lhe cometerem; e também conhecerá de todas as resistencias feitas aos Officiaes das executorias, Alfandegas, e Junta, remetendo humas, e outras culpas para o Juizo dos feitos da fazenda, aonde serão sentenciadas em hum só instancia com a brevidade possível, para mais prontamente se vedarem os delictos, e se dar exemplo aos delinquentes.

Tanto, que o dito Juiz Executor entrar a servir, se lhe fará receita de todas as execuções, que actualmente correrem, e das dividas, que de novo se houverem de executar, no tempo em que se vencerem, escrevendo-se em livros separados por cada hum dos Escrivaens das repartições, a que tocarem: E será obrigado a fazer executar, e recolher nos Cofres dentro de hum anno contado do dia; em que se lhe fizerem as receitas, todas as dividas, que forem exigiveis, dando conta no Conselho da Fazenda, e na Junta da Administração do Tabaco de todas as que se não poderem cobrar por falta de bens, para se me fazerem presentes pelos mesmos Tribunaes, com todas as instruções necessarias para se mandarem riscar das receitas, e faltando a qualquer destas obrigações se lhe dará em culpa na sua residencia: E para o fim da referida brevidade; ordeno a todos os Ministros, Officiaes, e pessoas de meus Reynos, e Dominios, que com toda a promptidão executem os precatórios, e mandados, que o dito Executor lhes passar por meu serviço nos termos, que nelles forem preferidos, com pena de virem emprazados a cada hum dos ditos Tribunaes, a que o co-
nheci.

nhecimento pertencer, dar a razão de suas omissoens, e culpas, e satisfazerem as penas, que lhe forem impostas, negando-se-lhes Certidoens, para suas residencias: E aos Juizes dos feitos da fazenda ordeno, que no despacho dos feitos desta executoria tenhaõ a mesma brevidade, que devem ter com o despacho dos feitos da executoria dos Contos do Reyno, e Casa, ordenada no Alvará de vinte e tres de Agosto de mil setecentos sincoenta e tres.

Uzará o dito Juiz Executor de todas as Leys, Alvarás, Regimentos, Decretos, Resoluçoens, e ordens passadas aos Executores extintos naquillo, que neste Alvará não for revogado: E mandará continuar os feitos com vista ao Advogado, que na repartição dos Contos estiver approvedo, para dizer por parte da fazenda, ao qual mandará pagar o premio, que neste Alvará lhe vay concedido.

E porque dos ditos Officios de Executores das Alfandegas, há dous Proprietarios vitalícios; mando, que em quanto estes forem vivos, se lhes paguem os ordenados concedidos nos Alvarás de vinte e nove de Dezembro de mil setecentos sincoenta e tres Capitulo segundo §. 24. e vinte e dous de Abril de mil setecentos sincoenta e quatro Capitulo quarto no principio.

Mando aos Védores de minha fazenda, Presidente do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Casa do Porto, Presidente da Junta da Administração do Tabaco, e a todos os Ministros dos ditos Tribunaes, e de outros quaesquer de meus Reynos, e Senhorios; Juizes, Officiaes, e pessoas, a que o conhecimento pertencer, cumpraõ, e guardem este Alvará, como nelle se contém, sem embargo de qualquer Ley, ou Regimento em contrario, que para este fim revogo de meu mótu proprio, certa ciencia, poder Real, e absoluto. E ao Dezembargador Manoel Gomes de Carvalho do meu Conselho, e Chancelier mór de meus Reynos; mando, que o faça publicar na Chancellaria, e enviar copias impressas, aos Tribunaes, Ministros, e mais pessoas a que se costumaõ remeter. E este se registrará nas Casas referidas, e o proprio se lançará na Torre

bCB
P8539
1756
11
1-512E

70-610-25
W. M. M. M.
Sept 69

Torre do Tombo. Dado em Bellem a vinte de Março de mil
setecentos sincoenta e seis.

REY.

Diogo de Mendoça Corte Real,

A Lvará porque V. Magestade há por bem extinguir os
Officios de Executores da Alfandega grande; e da Al-
fandega do Tabaco, como tambem a incumbencia da execu-
ção das dividas da Junta da Administração do mesmo Taba-
co; que estava cometida a hum dos Ministros Deputado della:
creando de novo hum lugar de letras da graduacão de pri-
meiro banco, que se intitule Juiz Executor das dividas das
Alfandegas, e Junta da Administração do Tabaco, que será
consultado pelo Conselho da Fazenda, e servirá trienalmen-
te, com o ordenado de cento e oitenta mil reis, e com as
mesmas assignaturas, e emolumentos, e alçada, que tem os
Corregedores do Civel da Cidade de Lisboa, como acima se
declara.

Para Vossa Magestade ver.



